

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ/MF Nº 17.193.806/0001-46
AVENIDA PAULISTA, 2.150 - 17º ANDAR - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Contábeis. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades
Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando nos segmentos financeiros e ramos de seguros, apresentaram resultados que fluriam à Sociedade uma variação negativa na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 140.947 mil em 2024 (R\$ 21.595 mil positiva em 2023).

Preparação das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2024. As Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2024 estão sendo informadas comparativamente com 2023, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício
A Sociedade apresentou no exercício de 2024 um prejuízo de R\$ 131.497 mil (R\$ 29.317 mil de lucro líquido em 2023), correspondendo a uma rentabilidade negativa de 9,93% (2,27% positiva em 2023) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2024, no valor de R\$ 1.324.184 mil (R\$ 1.289.789 mil em 2023). Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2024: a título de dividendos, R\$239,94 para titulares de ações preferenciais da classe "A"; R\$575,85 para titulares de ações preferenciais da classe "B"; R\$335,91 para titulares de ações preferenciais da classe "C"; R\$239,94 para titulares de ações preferenciais da classe "D"; e R\$287,92 para titulares de ações preferenciais da classe "E", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2024 totalizaram R\$348,34 para titulares de ações preferenciais da classe "A"; R\$836,01 para titulares de ações preferenciais da classe "B"; R\$487,67 para titulares de ações preferenciais da classe "C"; R\$348,34 para titulares de ações preferenciais da classe "D"; R\$418,01 para titulares de ações preferenciais da classe "E". Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "F".

Patrimônio Líquido
O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 1.177.303 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.324.184 mil em 31 de dezembro de 2023), com redução de 11,09% no ano (crescimento de 2,67% em 2023).

Capital Social
Em 28 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 501.901 mil para R\$ 513.078 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucro, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores
A Diretoria declara que, em reunião realizada em 25 de março de 2025, aprovou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente
Informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 25 de março de 2025

DIRETORIA

Marcos Lima Monteiro
(Diretor Presidente)

Leandro de Azambuja Micotti
(Diretor)

Carlos Pelá
(Diretor)

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
(Diretor)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita de juros	17.736	16.666		
Margem financeira	17.736	16.666		
Resultado de participações em coligadas	6 (140.947)	21.595		
Outras receitas operacionais	957	690		
Resultado operacional	(122.254)	38.951		
Despesas de pessoal	9 (917)	(3.589)		
Despesas gerais e administrativas	10 (1.337)	(3.606)		
Outras despesas operacionais	(8.302)	(11)		
Resultados antes dos impostos	(132.810)	31.745		
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente	11 (3.448)	(2.428)		
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Diferido	11 (4.761)	-		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(131.497)	29.317		
Lucro/(Prejuízo) por ação (em Reais)				
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)				
Ações ordinárias	(1.708)	380,88		
Ações preferenciais	(1.879)	418,97		
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuído (em Reais Mil - R\$)				
Ações ordinárias	(69.010)	15.386		
Ações preferenciais	(62.487)	13.931		
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída				
Ações ordinárias	40.394.932	40.394.932		
Ações preferenciais	33.251.456	33.251.456		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(131.497)	29.317		
Outros resultados abrangentes do exercício				
Outros resultados abrangentes	(23.549)	-		
Outros resultados abrangentes do exercício líquido de impostos	(23.549)	-		
Total dos resultados abrangentes do exercício	(155.046)	29.317		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(131.497)	29.317		
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)				
- Resultado de participação em coligadas	6	140.947	(21.595)	
- Reversão de Provisões	7	(71)	-	
- Constituição de Provisões	7	8.121	-	
- Atualização de contingência, depósitos judiciais e impostos a compensar	11	(4.761)	-	
- Impostos diferidos	11	(4.761)	-	
(AUMENTO/REDUÇÃO) NOS ATIVOS E AUMENTO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(3.515)	(226)		
Pagamentos de IRPJ e CSLL		(3.330)	(1.221)	
Outros ativos		99	1.170	
Obrigações Fiscais		(1.157)	(1.049)	
Outros passivos		(1.441)	874	
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.340	7.496		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Redução de Capital de Controlada	6	93.134	-	
Alienação de bens e investimentos		-	(1)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	2.116	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	93.134	2.115		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(5.066)	(4.802)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.066)	(4.802)		
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	97.408	4.809		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12	133.152	128.343	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	12	230.560	133.152	
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	97.408	4.809		

Notas Explicativas	31.12.2024		31.12.2023	
ATIVO				
Ativo Circulante	238.284	137.580		
Disponibilidades	3	22		
Títulos para investimento	4	230.557	133.130	
Outros ativos	5	7.724	4.428	
Ativo não Circulante	957.234	1.196.742		
IRPJ e CSLL Diferidos	11.b	4.761	-	
Outros ativos	5	14	14	
Investimentos em coligadas	6	952.457	1.196.726	
Imobilizado	2	2		
Ativos tangíveis	2	2		
TOTAL DO ATIVO	1.195.518	1.334.322		

Notas Explicativas	31.12.2024		31.12.2023	
PASSIVO				
Passivo Circulante	9.970	10.124		
Fornecedores	191	1.784		
Obrigações Fiscais	3.549	2.392		
Dividendos a pagar	5.394	5.264		
Outros passivos	836	684		
Total das obrigações	9.970	10.124		
Passivo não Circulante	8.245	14		
Provisão para riscos fiscais	7	8.245		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	8.a	513.078	501.901	
Reservas de capital	8.b	5.875	11.519	
Reservas de lucros	8.c	658.350	787.215	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	23.549	
Total do patrimônio líquido	1.177.303	1.324.184		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.195.518	1.334.322		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

Histórico	Capital Subscrito e Realizado		Reserva de Capital		Reserva de Lucros a Realizar		Reserva Especial p/ Aumento de Capital		Reserva Especial p/ Dividendos		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldos em 31.12.2022	469.884	11.078	69.630	69.630	371.999	371.999	92.289	92.289	23.549	23.549	-	-	-	-	1.289.789	1.289.789
Aumento de capital:																
Com reservas	32.017	-	-	-	(32.017)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	441	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	441
Realização de lucros	-	-	-	(5.563)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.563	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.317	29.317
Distribuição:																
Reserva legal	-	-	1.466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.466)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.963	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.963)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	-	18.799	-	2.089	-	-	-	-	-	-	-	(20.888)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.563)	-
Adoção Inicial IFRS 17	-	-	-	10.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.200	-
Saldos em 31.12.2023	501.901	11.519	71.096	262.960	358.781	94.378	94.378	23.549	23.549	-	-	-	-	1.324.184	1.324.184	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital:																
Com reservas	11.177	-	-	-	(11.177)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	460
Realização de lucros	-	-	-	(5.656)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.656	-
Realização de reserva de lucros da investida	-	(6.104)	-	-	(4.084)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.188)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.497)	(131.497)
Distribuição:																
Reservas estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131.497	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.656)	-
Saldos em 31.12.2024	513.078	5.875	71.096	257.304	235.572	94.378	94.378	-	-	-	-	-	-	1.177.303	1.177.303	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais, Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO
O Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Consórcio", e/ou "Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital fechado, está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-300, Brasil, tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financiera Alfa S.A. - C.F.I., Banco Alfa S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada Direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional. Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking*, *wealth management*, *asset management*, *investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa. Em 24.10.2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro das ofertas públicas de subscrição para aquisição de ações ordinárias e preferenciais das companhias abertas do Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM ("OPAs"). Os leilões ocorreram em 28.02.2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financiera Alfa e do Consórcio Alfa.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às Demonstrações Contábeis contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Contábeis foram concluídas em 25 de março de 2025 e aprovadas pela Diretoria na mesma data. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **b) Base para avaliação:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **c) Custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.** **d) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com: • Provisão para riscos fiscais; e • Ativos tributários diferidos. **d) Informações sobre participações detidas em controlada e coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. **e) Demonstrações consolidadas:** As Demonstrações Contábeis não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S/A, que disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas, foi consultado e não fez objeção quanto à divulgação das demonstrações contábeis consolidadas pela Sociedade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócio em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as variações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro". **b) Investimento em controlada e coligadas:** Participações em entidades sob controle comum, controlada e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Contábeis incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **c) Impostos sobre lucros:** Impostos Correntes - apurados de acordo com o regime de tributação da Sociedade e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Impostos diferidos - representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Demais tributos - As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base não cumulativa são de 1,65% e 7,6%, sendo que as alíquotas sobre as receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. **d) Provisões:** São reconhecidas, mensuradas e divulgadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são passíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurável com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são



→ continuação

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 17.193.806/0001-46

AVENIDA PAULISTA, 2.150 - 17º ANDAR - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais, Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

social, passando de R\$ 501.901 para R\$ 513.078, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2024						
	PNA	PNB	PNC	PND	PNE	PNF	TOTAL
- Quantidade	164.936	2.330.271	219.863	2.059.517	6.759.345	21.717.524	33.251.456

As ações preferenciais não gozam do direito de voto, e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens: a) o recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações) observado o item c); b) o reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da sociedade; c) as ações preferenciais; dependendo de sua classe, terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: i) se da Classe "A": o dividendo previsto no item a); ou um dividendo anual mínimo de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos; ii) se da Classe "B": o dividendo previsto no item a); ou um dividendo anual de 12% (doze por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias; iv) se da Classe "D": o dividendo previsto no item a); ou um dividendo anual de 5% (cinco por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias; v) se da Classe "E": o dividendo previsto no item a); ou um dividendo anual de 6% (seis por cento) da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital:
As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2024	31.12.2023
Reservas de manutenção do capital de giro	397	397
Reserva de incentivos fiscais	576	576
Reserva p/ incorporação ao capital	1.666	1.666
Outras reservas de capital (dividendos prescritos)	3.236	8.880
Total	5.875	11.519

c) Reservas de lucros:
c.1) Reserva legal: É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.
c.2) Reserva de lucros a realizar: É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes. A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2024	109.926	153.034	262.960
Realização	-	(5.656)	(5.656)
Saldo Final em 31.12.2024	109.926	147.378	257.304

c.3) Reservas estatutárias: O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências e Reserva de Lucros a Realizar, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e até 10% seja destinado para Reserva Especial para Dividendos. A Reserva para Aumento de Capital tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais à Sociedade, até atingir 80% do capital social; a Reserva Especial para Dividendos tem por fim garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do Capital Social. **d) Lucros acumulados:** Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. **e) Dividendos:** O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei nº 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

NOTA 9 - DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios - FGTS	-	(7)
Remuneração diretoria e conselhos	(637)	(2.086)
Encargos sociais e previdenciários	(128)	(486)
Parcela anual complementar de honorário	(152)	(1.010)
Total	(917)	(3.589)

NOTA 10 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(98)	(131)
Convênio de ações escriturais	(75)	(74)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(26)	(36)
Serviços de terceiros	(125)	(374)
Provisões sobre rescisões de contratos	-	(566)
Despesas tributárias (1)	(837)	(1.916)
Provisões diversas	-	(274)
Doações	(133)	(112)
Outras	(43)	(123)
Total	(1.337)	(3.606)

(1) Em 2023, refere-se basicamente aos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte, dos exercícios de 2018 a 2020, sobre os rendimentos dos seus executivos e que tais retenções de fonte foram devidamente compensados nos seus respectivos vencimentos com créditos tributários detidos por esta empresa amparadas por decisão judicial transitada em julgado. Tais compensações não foram homologadas pela Receita Federal até o momento, e por este motivo, houve o recolhimento, com posterior recuperação deste crédito tributário, tão logo a RFB analise a contestação da origem do crédito tributário utilizado nestas compensações.

NOTA 11 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(132.810)	31.745
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	45.155	(10.793)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(43.842)	8.365
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 6	(47.922)	7.342
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	-	1.023
Crédito tributário reconhecido de períodos anteriores e outros	4.080	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.313	(2.428)

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	Constituição	Realização	31.12.2024
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	-	2.782	-	2.782
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	-	3.178	(1.545)	1.633
Provisões Diversas	-	573	(232)	341
Depósito Trabalhista	-	5	-	5
Total - créditos tributários	-	6.538	(1.777)	4.761

Considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros, em 30.06.2024, a Sociedade optou por reconhecer ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Em 30.09.2024 foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre provisões de RH e diversas. A Administração da Sociedade, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31.12.2024, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá em até 10 anos, sendo 26,10% em 2025, 11,19% em 2026, 1,45% em 2027 e 61,26% entre 2028 e 2034.

NOTA 12 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
No início do período	133.152	128.343
Disponibilidades	22	153
Aplicações Financeiras	133.130	128.190
No final do período	230.560	133.152
Disponibilidades	3	22
Aplicações Financeiras	230.557	133.130
Varição em caixa e equivalentes de caixa	97.408	4.809

NOTA 13 - GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que, por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência; além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das

determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. **a) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra. **b) Risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade. **c) Risco operacional:** Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais a Sociedade e suas coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas. A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia. Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além de informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas e outras partes relacionadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)

Caixa e disponibilidade em bancos	-	-	-	-
- Outras partes relacionadas	-	-	-	-
Banco Alfa S.A.	-	11	-	-
Títulos para investimento	230.557	133.130	17.736	16.666
- Outras partes relacionadas	230.557	30.451	4.726	3.630
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	30.451	2.430	3.630
Banco Safra S.A.	230.557	-	2.296	-
- Coligadas	-	102.679	13.010	13.036
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	102.679	13.010	13.036
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	-
Outros Ativos / (Outros Passivos)	146	-	-	-
- Coligadas	146	-	-	-
Bai Participações S.A.	77	-	-	-
Fasa Participações S.A.	69	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria. Em 2024, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$195 (R\$ 195 em 2023). Em 2024, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$541 (R\$ 1.717 em 2023). (1) Benefícios - Diretoria: Em 2024 e 2023 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, Diretoria Executiva e seus familiares.

NOTA 15 - OUTROS ASSUNTOS

a) Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal da Consórcio Alfa de Administração S.A. é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2024 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

DIRETORIA

MARCOS LIMA MONTEIRO
Diretor Presidente

LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
Diretor

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO
Diretor

CARLOS PELÁ
Diretor

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CRC - 1 SP 232846/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Consórcio Alfa de Administração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Consórcio Alfa de Administração S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações contábeis da Sociedade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório do auditor em 8 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador

CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte

